



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 19/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização do curso "**Capacitação Não Violenta**" para 4 turmas de até 25 participantes por turma, num total de 100 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

A capacitação será realizada na modalidade de ensino telepresencial, utilizando a plataforma zoom, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas para cada turma, num total de 64 horas, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada, abaixo discriminado.

TURMA 1: dias 14 a 17 de julho das 8 às 12 h.

TURMA 2: dias 21 a 24 de julho das 8 às 12 h

TURMA 3: dias 28 a 31 de julho das 8 às 12 h

TURMA 4: dias 04 a 07 de agosto das 8 às 12 h

2.1 Dados da instituição promotora

Razão Social: Ana Paula Lopes Graf

CNPJ: 22.253.198/0001-58

Endereço: Av Estados 666/20 – Agua Verde , Curitiba-Pr
CEP 80610-020

Contato: Ana Paula Lopes Graf

E-mail: anagraf.cnv@gmail.com

Tel: 41 99944-9969



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dados Bancários: Banco do Brasil: agência 1519-9, conta corrente 24131-8

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento SEI [0552533](#).

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade:

O tema Comunicação é um recorrentemente alvo de baixas avaliações nas pesquisas de Clima Organizacional realizadas no TRE-RO, desde o ano de 2008. O tema é complexo e sua amplitude alcança todos os processos de uma organização, desde os temas que dizem respeito ao nível de formação dos servidores, passando por aspectos culturais, emocionais e até mesmo de conduta e ética que envolvem o serviço público. Nesse tempo, diversas ações focadas no aprimoramento da comunicação interna tem sido realizadas.

A Comunicação Não Violenta, CNV, é uma abordagem que diz respeito ao aspecto conversacional, de forma que interlocutores atinjam o melhor resultado possível com a fala e a escuta, condição primária para a excelência na mediação, negociação e desempenho de equipes.

Temos recebido informações diversas de chefes de equipes que têm necessidade de aperfeiçoar tecnicamente o nível de diálogo com seus pares e também com outras unidades, sendo o uso de técnicas reconhecidas internacionalmente, como a CNV uma excelente opção para o atingimento desse resultado.

Em 2020 pretende-se introduzir o tema para o corpo gerencial de nosso regional, com a intenção de ampliar esses conceitos para todos os servidores em 2021 e aprofundar os conhecimentos em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comunicação, à medida do possível, até que o nível de satisfação apresentado pelos servidores nas pesquisas de clima e em outras fontes de informação seja melhorado.

A capacitação encontra-se registrada no Plano Anual de Capacitações 2020, sob n. 20200102 .

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

A capacitação em **Comunicação Não Violenta** versa sobre conteúdo a nível comportamental, especificamente em comunicação. O curso traz uma abordagem prática que vai de encontro com as necessidades de capacitação na área para este Regional. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutora e turma. A intervenção pessoal da docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

3.2.2. Da escolha do notório especialista:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para a execução do presente objeto, optou-se pela instrutora **Ana Paula Lopes Graf**, cuja formação e qualificações estão descritas em seu currículo (Evento [0552533](#)) e lattes: <http://lattes.cnpq.br/8949975996920228>. Sua experiência como instrutora em treinamentos na área comportamental, principalmente em comunicação, mediação e conciliação judiciais, a qualifica como **notório especialista** na matéria. Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

4 – DO VALOR

O valor total a ser contratado para as 4 turmas é de R\$ 19,520,00 (dezenove mil, quinhentos e vinte reais). Resultando o custo por pessoa, caso se a participação dos 100 servidores, em R\$. 195,20.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

Para a avaliação do custo proporcional ao benefício e compatibilidade de mercado, insere-se abaixo alguns cursos já contratados por este Regional



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Capacitação	Ano	Nr. Participantes	Modalidade	C/ h	Valor total	ho
Workshp Playback Theatre	2019	50	presencial	16	R\$15.800,00	R\$
Reciclagem Anual de Segurança	2019	7	EAD	30	R\$ 3.220,00	R\$
Rotinas Cartorárias	2020	50	Telepresencial	16	R\$ 3.713,28	R\$
Microsoft Project	2020	74	telepresencial	128	R\$ 39.371,00	R\$
Comunicação não Violenta (em contratação	2020	100	telepresencial	64	R\$ 19.520,00	R\$

Considera-se também que os valores são compatíveis com os praticados para eventos dessa natureza. No entanto, faz-se necessário observar que o valor de contratação de cursos pode variar consideravelmente a partir de alguns parâmetros:

a) Se a capacitação é aberta ou fechada para público externo;

b) Se a contratação é de pessoa física ou jurídica: impostos, lucro, custos operacionais como passagens aéreas, hospedagem e alimentação interferem no preço;

c) Agenda dos instrutores: a quantidade de eventos que o instrutor precisará bloquear para ficar disponível para o evento contratado promove uma espécie de concorrência, que interfere diretamente no preço;

d) Tempo de preparação: se o evento atende a um escopo já comum da empresa ou se será personalizado para atender às demandas do cliente. Se a preparação for a primeira ou exclusiva, o valor será bem diferente, posto que o palestrante terá o esforço inicial de pesquisa e organização dentro do tema;

e) O uso posterior do conteúdo: caso o contratado tenha expectativa de preparar o conteúdo para nosso regional e posteriormente aplicá-lo em outros eventos semelhantes, o custo poderá ser reduzido, pois o mesmo estará construindo, a partir desta experiência, um produto reaproveitável de mercado;

A simples verificação de preços não permitirá a identificação de cada um desses fatores nos cursos comparados, razão pela qual o melhor parâmetro é o histórico das contratações dentro do próprio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRE, tanto do palestrante em tela, quanto dos demais palestrantes. Por toda essa combinação de fatores, tem-se que os valores apresentados para este evento encontram-se compatíveis com o mercado para este tipo de evento.

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 19,520,00 (dezenove mil, quinhentos e vinte reais)

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Garantir a presença dos servidores nas aulas;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso nos dias descrito na proposta em anexo (SEI [0552533](#));
2. Disponibilizar plataforma profissional zoom para acesso ao curso;
3. Fornecer material didático e certificado digitais, registrando a frequência dos participantes;
4. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;

5. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 9, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias descritos no item 2 deste Projeto.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) a regularidade das aulas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) o cumprimento dos horários;
 - d) o fornecimento dos materiais;
 - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
- a) o cumprimento da carga-horária;
 - b) a avaliação do evento pelos participantes;
 - c) a emissão dos certificados;
 - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

- a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0552174](#); [0552177](#); [0552190](#) e [0552209](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.
- b) Proposta (Evento [0552533](#)).



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 26/06/2020, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001759-39.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO *IN COMPANY* – CURSO “Comunicação Não Violenta e Métodos Adequados para Solução de Conflitos”.

PARECER JURÍDICO Nº 130 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES (0538498) com vistas à contratação da empresa **ANA PAULA LOPES GRAF, CNPJ: 22.253.198/0001-58**, para a realização do CURSO “**COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E MÉTODOS ADEQUADOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**”, na modalidade *on line* (ao vivo), para 4 (quatro) turma de até 25 (vinte e cinco) servidores, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas por turma, nos dias 14 a 17/07/2020 (1ª Turma), dias 21 a 24/07/2020 (2ª Turma), dias 28 a 31/07/2020 (3ª Turma) e dias 04 a 07/08/2020 (4ª Turma).

02. Na Solicitação de Contratação 7 ([0550764](#)) consta como solicitante o Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, o instrumento foi submetido à aprovação do secretário da SAOFC e o pedido foi autorizado para elaboração do estudo técnico preliminar no Despacho n. 1042/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0551887](#)). Com isso a COEDE, unidade demandante da contratação, elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação ([0552171](#)).

03. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta do treinamento elaborada pela empresa citada ([0552536](#)), regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0552174](#)), Receita Federal ([0552177](#)), Justiça do Trabalho ([0552190](#)) e CNJ ([0552209](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública. O conteúdo programático e a data do curso encontram-se descritos na proposta comercial da empresa e no Projeto Básico 19 ([0552536](#)).

04. Conforme item 4 do Projeto Básico 19/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0552536](#)), dimensionou-se o valor total do curso em **R\$ 19.520,00** (dezenove mil quinhentos e vinte reais). A unidade realizou a avaliação de custo proporcional ao benefício e a compatibilidade com o mercado, tomando-se como parâmetro os valores praticados para atividades de capacitação neste Tribunal, concluindo que o valor está compatível com os praticados para eventos desta natureza.

05. Verifica-se que consta no referido Projeto Básico a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, dispensa de garantia, prazo de execução, indicação da COEDE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos, documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. A SEDES encaminhou, por e-mail ([0552536](#)), o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente que atestou sua concordância ao referido documento, conforme e-mail constante no evento ([0552861](#)).

07. O secretário da SGP dá continuidade ao procedimento de contratação remetendo os autos à SAOFC e ciência da deflagração ao Juiz Diretor da EJE (Despacho n. 179/2020 – PRES/DG/SGP/GABSGP - [0553094](#)). Por ora o secretário da SAOFC remeteu os autos à COMAP, para análise do Projeto Básico 19/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SEDE, à COFC para programação orçamentária, e a esta AJDG para emissão de parecer jurídico, conforme Despacho n. 1055/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSSAOFC ([0553161](#)).

08. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, em análise formal, verificou que o PB, complementado pela proposta da empresa, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à proponente ([0553644](#)).

09. Na Remessa n. 255 ([0553644](#)), a Coordenadora da COMAP direciona os autos a COFC para programação orçamentária da possível despesa e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

10. A COFC procedeu a Programação Orçamentária no valor de em R\$ 19.520,00 (dezenove mil quinhentos e vinte reais), indicando o Pré-Empenho n. 2020PE0000137, para custear a futura demanda da unidade, oportunidade na qual informou estar a despesa pretendida pela Administração adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0554505](#)).

11. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

II - ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13 VI DA LEI N. 8.666/93.

12. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original).

13. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

14. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração a contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original).

15. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

16. Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

17. Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

18. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

19. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração da singularidade, tão somente para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada** atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93**, *verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

20. Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a viabilidade de competição.

21. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: ACÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.

22. Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

23. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto Básico 19 (0552536), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

III - CONCLUSÃO

24. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

a) pela possibilidade da **contratação direta com a empresa ANA PAULA LOPES GRAF, CNPJ: 22.253.198/0001-58**, para a realização do CURSO " **COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E MÉTODOS ADEQUADOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**", na modalidade *on line* (ao vivo), para 4 turmas de até 25 (vinte e cinco) servidores, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas cada, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

b) pela regularidade do Projeto Básico 19 ([0552536](#)), visto estar de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, podendo ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0552585](#)).

26. O valor total do curso, orçado em **R\$ 19.520,00** (dezenove mil quinhentos e vinte reais), abrangendo um público de 100 (cem) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se preencher o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, portanto recomenda-se que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos nos eventos **o número total de vagas contratadas para servidores**, tudo com fulcro no art. 3º da Lei n. 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

27. Por fim, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 02/07/2020, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 02/07/2020, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001759-39.2020.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: CURSO *IN COMPANY* – “Comunicação Não Violenta e
Métodos Adequados para Solução de Conflitos”.

DESPACHO Nº 1009 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES (0538498) com vistas à contratação da empresa **ANA PAULA LOPES GRAF**, CNPJ: 22.253.198/0001-58, para a realização do CURSO “**COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E MÉTODOS ADEQUADOS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS**”, na modalidade *on line* (ao vivo), para 4 (quatro) turma de até 25 (vinte e cinco) servidores, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas por turma, nos dias 14 a 17/07/2020 (1ª Turma), dias 21 a 24/07/2020 (2ª Turma), dias 28 a 31/07/2020 (3ª Turma) e dias 04 a 07/08/2020 (4ª Turma).

Em cumprimento ao inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, a unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar ([0552171](#)).

A programação do curso está descrita na proposta comercial da empresa ([0552170](#)). Dimensionou-se o valor total da contratação em 19.520,00 (dezenove mil, quinhentos e vinte reais) para 4 turmas de até 25 participantes por turma, num total de 100 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme item 4 do Projeto Básico nº 19/2020 - SEDES ([0552536](#)).

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta do treinamento elaborada pela empresa citada ([0552536](#)), regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0552174](#)), Receita Federal ([0552177](#)), Justiça do Trabalho ([0552190](#)) e CNJ ([0552209](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

O Secretário da SGP encaminhou os autos à SAOFC para análise do Projeto Básico ([0553094](#)).

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0553644](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 19.520,00 (dezenove mil, quinhentos e vinte reais) para custear a despesa ([0554505](#)).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, que, através do Parecer Jurídico nº 130/2020 ([0554666](#)), opinou pela possibilidade da contratação direta com a referida empresa para a realização do curso em questão por inexigibilidade de licitação; pela regularidade do Projeto Básico; pela dispensa da formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93; e pela desnecessidade de publicação na imprensa oficial para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, com base no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011, haja vista que o valor da contratação estaria aquém do patamar da dispensa legal (equivocou-se a AJDG neste mister). A Assessoria recomendou ainda que, por se tratar de curso fechado, feito por encomenda e com custo previamente acertado, cabe a este Regional se empenhar no intuito de sejam inscritos no evento o número máximo de servidores.

Por fim, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação, com fulcro inc. IX do art. 57 da Res. TRE/RO nº 06/2015, e se manifestou pela aprovação do Projeto Básico, pela autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação e publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJE e no Diário Oficial da União - DOU, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos ([0555246](#)).

Inicialmente, convém registrar que a contratação foi estimada em patamar superior ao estipulado para a hipótese de dispensa de licitação (art. 24, II da Lei 8.666/93), com valores atualizados pelo Decreto nº 9.412/2018. Assim, faz-se necessária a publicação da contratação na imprensa oficial.

O processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais. Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a inscrição de servidor em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Decisão do TCU n. 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9), com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecido pela Resolução do TSE n. 22.572/07 e com o Plano Anual de Capacitação de 2020, registrado sob o número 20200102, conforme informado pela Chefe da SEDES no item 3.1 do Projeto Básico.

Embora se, trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta diretoria-geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, descrita no artigo 25, II da Lei n. 8.666/93, e

1 - Aprova o ETP nº 8/2020 - SEDES ([0552171](#)) e o Projeto Básico nº 19/2020 - SEDES ([0552536](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, I e art. 14 da Lei n. 8666/93.

2 - Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda da Decisão do TCU n. 439/98-Plenário;

3 - Autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa ANA PAULA LOPES GRAF, inscrita no CNPJ sob o n. 22.253.198/0001-58, no valor de R\$ 19.520,00 (dezenove mil, quinhentos e vinte reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa nos termos do item 13 do Projeto Básico; e

4 - Determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade no Diário Oficial da União e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em respeito ao princípio da publicidade e para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 06/07/2020, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 1372020

Disponibilização: 15/07/2020

Publicação: 16/07/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 26 da Lei 8.666/93. Contratada: ANA PAULA LOPES GRAF 78551811991, CNPJ nº 22.253.198/0001-58. Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização do curso "Comunicação Não Violenta" para 4 turmas de até 25 participantes por turma, num total de 100 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. A capacitação será realizada na modalidade de ensino telepresencial, utilizando a plataforma zoom, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas para cada turma, num total de 64 horas, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada. Fundamento Legal: Art. 25, inciso II c/c inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 19.520,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA 33.90.39-48, Nota de Empenho nº 2020NE000442, de 08/07/2020. Justificativa: Necessidade de capacitação de Servidores do TRE/RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico n. 130, de 02/07/2020, por MAIARA SALES DO CASAL – CPF nº 003.550.682-22, Analista Judiciário, ratificado por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA – CPF nº 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho Nº 1009/2020 - PRES/DG/GABDG, de 06/07/2020, assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF nº 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo: SEI nº 0001759-39.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 15/07/2020, às 13:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.